

# **Procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas em instituição de ensino especializada.**

Cláudia Aparecida Gonçalves - [claudinha.ap.14@hotmail.com](mailto:claudinha.ap.14@hotmail.com)  
Gilson Soares Toledo - [gilson.toledo@hotmail.com](mailto:gilson.toledo@hotmail.com)

**Curso de Pedagogia**  
**Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá**  
**Ubá- MG/ Dezembro/ 2014**

## **Resumo**

A presente pesquisa dedicou-se ao estudo dos procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas em instituição de ensino especializada. Trata-se de um estudo com o objetivo de analisar como ocorrem às diferenciações metodológicas nas práticas educativas destes discentes, e verificar quais são tais propostas. A problemática envolvida é entender de que forma ocorre a aplicabilidade do programa TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação). Acredita-se que este estudo irá propor levantamentos e reflexões sobre práticas pedagógicas que auxiliem os docentes da rede regular de ensino, bem como mudanças positivas no desenvolvimento cognitivo dos discentes. O método adotado na pesquisa é o qualitativo, procurando alcançar a profundidade do tema. O local onde os dados foram coletados é a própria instituição onde se realizou o estudo (APAE), e o instrumento utilizado foi o questionário. Quanto aos indivíduos envolvidos, contou-se com os docentes que atuam com turmas de alfabetização de alunos autistas. A análise dos dados foi baseada no referencial teórico a partir de uma minuciosa revisão bibliográfica adotada. Os resultados da pesquisa indicam que as práticas de alfabetização propostas têm repercutido de modo significativo no processo de ensino e aprendizagem destes discentes .

**Palavras- chave:** Alfabetização. Autismo. Educação Especial.

## **Abstract**

This research presents the methodological literacy procedures of Autistic in a specialized Institution. This is a study with the aim of examining how to methodological differences occur in the educational practices of these students, and check what such proposals. The chosen issue involves the understanding of how the applicability of the program TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children). The presented study will surveys and reflections on teaching of pedagogical practices that help teachers in regular schools, as well as positive changes in the cognitive development of students. The adapted method in the research is the qualitative, looking forward to achieve the depth of the topic. The place where the data was collected is the same institution of the study (APAE), and the tool was a questionnaire. About the people involved, there were teachers who work with literacy classes for autistic students. The analysis of the data was based on a Theoretical Framework from a thorough literature review. The results of the research show that the proposed practices of literacy have reflected significantly in teaching and learning processes of autistic students.

**Keywords:** Literacy. Autism. Special Education.

## 1. Introdução

A fim de que seja feita uma abordagem histórica do autismo, faz-se necessário percorrer a trajetória das deficiências múltiplas, incluindo o autismo que ainda no século XVIII não tinha essa terminologia. De acordo com Mazzota (1996), no século XX o processo educativo para crianças deficientes era percebido como desnecessário, criando paradigmas que implicavam não aceitar estes no espaço escolar. Sendo assim, não se podia ainda elencar práticas que visavam à educação das pessoas autistas, uma vez que eram inexistentes as práticas educativas para os deficientes.

Diante do exposto, evidencia-se a exclusão de crianças com malformações e com diferentes deficiências em muitos lugares do mundo, além das segregações na época da Idade Média. Para justificar o ato educativo neste mesmo período, Pessoti (1984) revela que eram praticados os mais diversos tratamentos, caracterizados muitas vezes por concepções assistencialistas e também por ações punitivas comuns na comunidade em que o deficiente estava presente. Corroborando com esta análise, Kassar (1999) ressalta que as pessoas recebiam o tratamento de acordo com a sua deficiência, destacando que muitas eram “cuidadas” (apesar de manter a secção) e outras castigadas, devido ao fato de a Igreja e a sociedade apresentarem concepções ainda espiritualizadas frente as deficiências da época.

Diante do que foi representado historicamente sobre a concepção, justificativa e formas de intervenções na educação dos deficientes, ocorreu uma série de questões levantadas mundialmente sobre diferentes deficiências, dividindo-as em nomenclaturas próprias. A respeito do termo autismo, somente em 1943 é que Kanner citou como sendo o *distúrbio autístico do contato afetivo*. Em 1944, Asperger determinou como *Psicopatia Autística* (BAPTISTA; BOSA, 2007).

O autismo, por sua vez, é um transtorno do desenvolvimento que perpassa déficits na interação social, comunicação, formas de comportamentos repetitivas e algumas atividades despertam nestes pouco ou quase nenhum interesse. Trata-se de um termo com inúmeros estudos, que na atualidade já se sabe quais são as causas neurobiológicas (SCHWARTZMAN, 2011).

Para diagnosticar o transtorno não são realizados exames clínicos, mas sim observações comportamentais realizadas a partir de diferentes profissionais. Além disso, não existem remédios exclusivos que se destinam ao tratamento de apenas um tipo de autismo, apenas alguns tipos de medicamentos e tratamentos que visam tratar de alguns sintomas específicos (ORRÚ, 2009).

No caso das pessoas com autismo no Brasil, o acesso à educação escolarizada vem ocorrendo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esta instituição de ensino surgiu no Rio de Janeiro em 1954 com o intuito de promover os direitos da pessoa com deficiência. Em 1962, já existia um total de 16 instituições, tornando-se a partir daí uma rede de escolas especializadas. De acordo com Mendes (1995), a partir deste mesmo contexto histórico a rede começou a ser administrada pelo Movimento Apaeano, o qual congrega a Federação Nacional das APAES (FENAPAES).

Para garantir a alfabetização de alunos autistas em nível regional, foi criada a federação em 11 de setembro de 1992 no Estado de Minas Gerais. De acordo com os dados da FEAPES (2014), hoje a federação congrega 432 escolas, que estão distribuídas geograficamente em 35 Conselhos. Através dos dados obtidos pela APAE (2014), na cidade de Ubá/MG, especificamente, a criação da referida instituição ocorreu em 1972. Desde sua criação, a APAE se responsabiliza pela alfabetização de alunos autistas utilizando práticas metodológicas e pedagógicas específicas. Diante disso, surge a proposta de estudo: como ocorre a aplicabilidade dos procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas na APAE?

Percebe-se que ao analisar a concepção de ensino convencional adotada na rede regular e as práticas estabelecidas em instituições especializadas, ambas certamente possuem procedimentos diferenciados. Tais procedimentos devem ser analisados por serem desenvolvidos para as necessidades educativas dos discentes que possuem o autismo.

Desse modo, o estudo se destina também a propor reflexões e levantamento de práticas pedagógicas que sejam capazes de auxiliar os discentes e técnicos da rede regular de ensino, assim como possibilitar mudanças positivas no desenvolvimento cognitivo dos educandos, tendo em vista a inserção de estudantes com autismo na rede regular. O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é analisar tais procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas na instituição de ensino especializada, sendo o específico verificar quais são tais propostas.

## **2. Referencial Teórico**

O autismo na atualidade não é considerado doença, mas sim um transtorno. De acordo com Schwartzman (2011), o diagnóstico desse transtorno ainda não é realizado com exames específicos. Historicamente, Baptista e Bosa (2007) explicam que até o ano de 1943 não se reconhecia o autismo como uma “doença isolada”, assim como algumas outras doenças ou

transtornos não eram diagnosticados ou tratados devidamente. Sobre a conceituação do termo, os mesmos autores dizem que:

As primeiras publicações sobre autismo foram feitas por Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944), os quais, independentemente (o primeiro em Baltimore e o segundo em Viena), forneceram relatos sistemáticos dos casos que acompanhavam e das suas respectivas suposições teóricas para essa síndrome até então desconhecida (BAPTISTA; BOSA, 2007, p.22).

A definição usada atualmente para o autismo surgiu mais especificamente na descrição dada por Kanner que o cita como sendo “*o isolamento autístico*”. Este termo foi criado em 1943 a partir dos estudos realizados com onze crianças que possuíam em comum um comportamento caracterizado pelo isolamento em relação às outras pessoas. Tal comportamento foi desenvolvido em todas elas desde a infância, preservando-o como rotina através do convívio social. Kanner passou então a denominar estas crianças de “*autistas*”. Nos próximos vinte anos, não se obteve nenhum significativo avanço nos estudos sobre esta enfermidade. Kanner (1943 apud BOSA, 2000) define o transtorno do autismo como sendo o ato de estar inapto a estabelecer relações com o meio. Pelo que se percebe a origem do termo não tem apenas uma versão. Nesse sentido, Bosa (2000, p. 26) diz que:

Esse termo na verdade, deriva do grego (autos = si mesmo + ismo = disposição/orientação) e foi tomado emprestado de Bleuler (o qual, por sua vez, subtraiu o “eros” da expressão autoerotismus, cunhada por Ellis, para descrever os sintomas fundamentais da esquizofrenia ( grifo do autor).

Neste contexto, iniciaram estudos sobre as conceituações de termos relacionados às “deficiências mentais” em diferentes períodos históricos, no entanto as implicações das características do transtorno no meio social e educacional permaneceram sem a devida exploração científica uma vez que tais indivíduos eram percebidos apenas como “aqueles que possuem retardos mentais”. Dessa forma, não se levava em consideração as especificidades que deveriam ser aplicadas às técnicas e metodologias vinculadas às práticas de ensino (PESSOTTI, 1984).

Neste momento, acreditava-se que a deficiência mental era hereditária, por conta disso a segregação foi uma das formas utilizadas para o combate a degenerescência “daquela espécie humana”. Em consequência desses fatores, não houve interesse em educar tais

peessoas (DECHICHI, 2001). Diante dessa perspectiva, o autismo pode ser nomeado como doença mental e a o subdivide da seguinte forma:

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...]. Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...] (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Somente na década de 1960 é que começaram longos estudos para estabelecer resultados importantes acerca do assunto. De meados de 1940 a 1960 citavam como desenvolvimento atípico aqueles com níveis menos graves (GAUDERER, 1997). Enfatizava-se que a capacidade de realização do autista estava ligada ao grau de aprendizado, levando em consideração as especificidades dos indivíduos. Ressaltando desse modo, os seus níveis funcionais variáveis que se conceitua de acordo com cada um (BAPTISTA; BOSA, 2007). Ainda sobre as características gerais o transtorno, pode-se afirmar que

Acomete cerca de cinco entre dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas. É uma enfermidade encontrada em todo mundo e em famílias de toda configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu provar qualquer causa psicológica no meio ambiente dessas crianças que possa causar Autismo (GAUDERER, 1997, s/p)

O que se percebe, portanto, é que ocorre uma incidência considerável de pessoas com autismo na sociedade e sabe-se ainda que este transtorno envolve as áreas neurológicas. Tuchman e Rapin (2009, p. 39) revelam que “as crianças com autismo apresentam prejuízos em três áreas do neurodesenvolvimento: (1) interação social recíproca, (2) comunicação e linguagem e (3) comportamento e interesse.” Por meio dessas questões, pode-se perceber a necessidade de obter conhecimentos sobre as intervenções necessárias para educar os alunos autistas, para que deste modo, seja possível propor práticas de ensino bem dirigidas e viáveis a fim de concretizar a aprendizagem.

O processo de ensino de pessoas autistas no Brasil, até meados de 1950, foi marcado, principalmente, pela falta de adaptações e intervenções necessárias, mostrando que as contribuições teóricas acerca da deficiência mental eram pouco pesquisadas e com relação às instituições, existiam poucas possibilidades de atendimento (MENDES, 1995).

De acordo com o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/ 96, Capítulo V, Art. 58º, § 2º, “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível

a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Revelando que embora a modalidade de educação escolar possa ser oferecida também na rede regular de ensino, é um direito da família procurar por instituições especializadas.

A LDB diz ainda em seu Art. 59º que os sistemas de ensino devem assegurar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p.34). Por isso, neste trabalho, optou-se em remeter a APAE, uma vez que trabalha com metodologias diferenciadas em diversos segmentos de avaliação, currículos e procedimentos de ensino-aprendizagem a fim de efetivar uma proposta de educação escolar que prime pela qualidade em todos os sentidos.

Para a efetivação diferenciada em relação aos métodos de alfabetização, a APAE utiliza o programa TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação). Este método tem por objetivo interagir bases educacionais e clínicas em uma prática que contempla a terapia comportamental e a terapêutica psicopedagógica, sendo estas questões imprescindíveis na alfabetização (APAE UBÁ, 2014). Sobre as propostas de intervenção a fim de alfabetizar autistas, verifica-se que

Hoje, dispõe-se de escalas. Elas se inscrevem em um procedimento diagnóstico, prognóstico e estratégico. Incluem itens que avaliam as capacidades da criança nos campos de percepção, da imitação, da motricidade, dos comportamentos da comunicação e da coordenação sensorial (AMY, 2001, p. 48).

No caso dos estudantes autistas, faz-se necessário conhecer as especificidades de cada comportamento, a fim de intervir pedagogicamente de forma adequada. De forma geral, estes alunos se caracterizam pela indiferença, isolamento social, dependência frequente de outra pessoa para realizar a maioria das atividades, além de muita agitação, constante repetição de gestos e completa falta de interação (ORRÚ, 2009). Estas características, certamente, influenciam no processo de alfabetização. Sobre aspectos comuns ao transtorno

Hoje, sabe-se que o autismo é um transtorno invasivo, e as pesquisas científicas creditam o comprometimento a alterações biológicas, hereditárias ou não. É um conjunto de sintomas, onde a capacidade para pensamentos abstratos, jogos imaginativos e simbolização fica severamente prejudicada. A criança cria formas próprias de relacionamento com mundo exterior. Não interage normalmente com as pessoas, inclusive com os pais, e nem manuseia objetos adequadamente, gerando problemas na cognição, com reflexos na fala, na escrita e em outras áreas (CUNHA, 2013, s/p).

Diante destas questões, este estudo dedicou-se a entender os efeitos no autista a partir do método de alfabetização efetivado pela APAE (Programa TEACCH), propondo-se analisar os procedimentos utilizados na alfabetização destes educandos a fim de que tais procedimentos também sejam utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos discentes autistas matriculados na rede regular.

### 3. Metodologia

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, com combinações de métodos quantitativos denominados por “triangulação” (JICK, 1979 *apud* NEVES, 1996). Esta combinação consiste em uma proposta de união entre os aspectos que representam a profundidade sobre o tema e principalmente uma análise mais subjetiva do fenômeno estudado, além de contar com a análise com enfoque na quantificação dos dados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que procura a compreensão como um todo, de forma mais completa a fim de obter uma abrangência mais minuciosa dos dados levantados na pesquisa (RAMPAZZO, 2002).

Para a realização do levantamento de dados, utilizou-se da observação direta extensiva e o questionário como instrumento para a obtenção da coleta de dados, este foi constituído de poucas perguntas fechadas e maioria abertas, sem delimitação de espaços para respostas, que foram respondidas por escrito sem a presença do pesquisador. Sobre esta etapa Lakatos e Marconi (2010) revelam a importância de realizá-la em um entrosamento organizacional em termos administrativos para com o cientificismo, para não ocorrer desperdício de tempo e facilitar o processo para as etapas seguintes.

Escolheu-se a APAE por ser esta instituição especializada em adotar procedimentos diferenciados na alfabetização dos alunos autistas. No primeiro momento, o estudo seria realizado com a amostra constituída por quatro docentes que atuam nas seis salas (duas destas em diferentes turnos, sendo três turmas no período matutino e três no vespertino). Após conversa com a dirigente da escola, ressaltou-se o fato de duas professoras trabalharem especificamente com a alfabetização através do programa TEACCH, enquanto as outras duas docentes atuam com o programa apenas no nível funcional<sup>1</sup>. Sabendo-se que a proposta da pesquisa é voltada para a prática da alfabetização, definiu-se então desenvolver a etapa de

---

<sup>1</sup> Nível Funcional é a forma de alfabetizar para a vida, por meio de atividades do convívio humano, como abrir e fechar, comer com as próprias mãos, exercitar formas de expressão (para quem não fala) e outras.

coleta de dados apenas com as duas educadoras que utilizam o método TEACCH. Intituladas nesta pesquisa como P1 e P2. Já o fator de exclusão, foram as outras duas professoras que atuam com autistas, mas não com a alfabetização, além das demais professoras e especialistas da escola que não participaram desta pesquisa.

Primeiramente houve uma conversa com a gestora da instituição a fim de esclarecer a importância e a justificativa do trabalho. No momento, pretendia-se obter autorização para a coleta de dados e evidentemente o desenvolvimento da pesquisa. Houve o esclarecimento de que a pesquisa é de caráter científico, especificando que, segundo Rampazzo (2002), refere-se à proposta de construção de um novo conhecimento que se constitui a partir de uma área específica de estudo ou mesmo a partir de um fenômeno natural que se quer estudar, procurando sistematizá-lo a partir do que já existe sobre o assunto. Neste caso, enfatiza-se o conhecimento sistematizado e salienta levantamentos concebidos, além de primar pelo sigilo ético quanto aos nomes das pessoas e dados obtidos na pesquisa.

Após a autorização concedida pela direção da escola, foram entregues os questionários às docentes. Trata-se de perguntas pertinentes à alfabetização e práticas educativas empreendidas aos alunos autistas matriculados na instituição de ensino especializada. Após a apresentação da proposta de trabalho, foram entregues os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

O levantamento sobre propostas evidenciadas na prática de alfabetização foi também obtido a partir do instrumento de coleta de dados (questionário). Este foi dividido em questões que contemplaram os aspectos gerais, metodológicos e qualitativos da aprendizagem, buscando informações sobre fatos que implicam em dados importantes para a realização da pesquisa.

Após a coleta de dados, os resultados obtidos foram compilados, analisados e transformados em gráfico e quadros. Através das descrições, obteve-se melhor visibilidade para a prática da discussão, utilizando o pensamento dos teóricos consultados que servirão de suporte ao trabalho.

Este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional da Saúde (Resolução CNS nº 196/96).

## **4. Resultados e Discussão**

### **4.1. Universo da Pesquisa**

A referida pesquisa foi realizada na APAE. Hoje, é uma rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiências, voluntários, profissionais de diversas áreas e parcerias com instituições públicas e privadas. A rede é administrada pelo Movimento Apaeano, o qual congrega a FENAPAES que é a Federação Nacional das APAES (sem fins lucrativos). São 23 federações nos estados, 2000 instituições distribuídas entre o país, com cerca de 250.000 pessoas atendidas. Em Ubá, a criação da APAE foi em 1972, no espaço cedido pela Prefeitura em ação filantrópica. Hoje possui duas sedes, uma na zona urbana em prédio central e outra na rural (APAE, 2014).

#### **4.2 .1. Aspectos Gerais**

Com o objetivo de analisar os procedimentos metodológicos de alfabetização para autistas nesta instituição, e dessa forma verificar quais são tais propostas foi possível perceber o número acentuado de alunos autistas do sexo masculino em predominância do feminino, como propõe Gauderer (1997, p.3), a manifestação do autismo “(...) é quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino.” Apesar do número de meninos ter sido maior (5 do sexo masculino em um grupo de 8 alunos), compreende-se ser um grupo muito restrito para uma análise mais efetiva do que está propondo Gauderer. Assim sendo, a análise do autor não pode se efetivar na pesquisa, mas demonstra uma tendência, como pode ser observado a seguir.

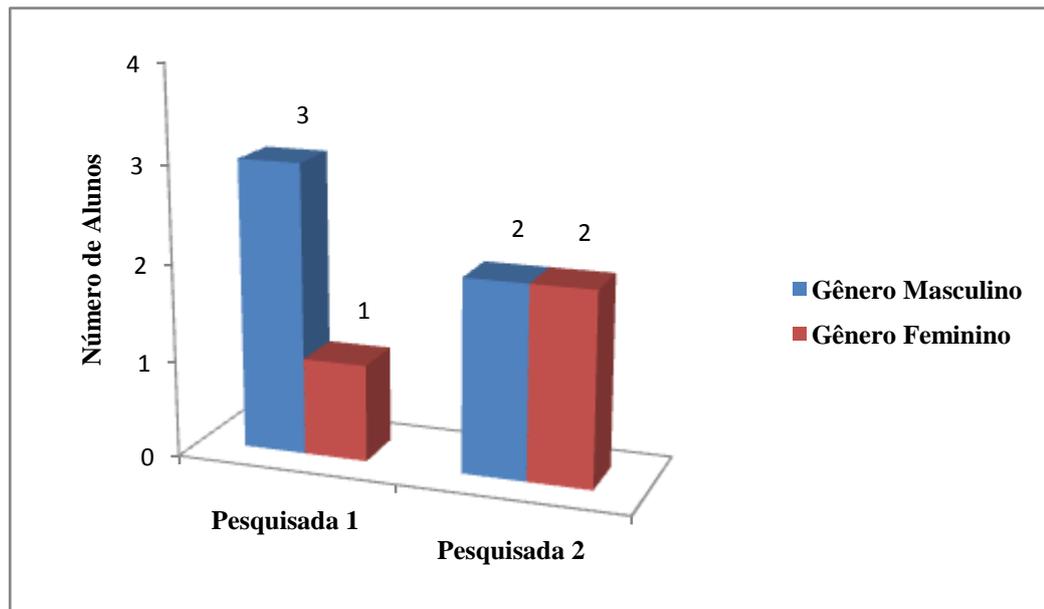


Gráfico 1- Sexo de alunos por turmas  
Fonte: GONÇALVES, Cláudia (2014)

Durante a pesquisa, questões de aspectos gerais sobre a aplicabilidade dos métodos de alfabetização foram levantadas, a fim de compreender também as limitações do Programa TEACCH. De acordo com Amy (2001), existem níveis e escalas que avaliam capacidades em áreas que são geralmente mais afetadas no transtorno. Dessa forma, a APAE procura trabalhar levando em consideração competências e habilidades cabíveis às necessidades educativas dos discentes, exemplo disso é a mesma faixa etária dos ingressos na sala e a não definição de idade estipulada na alfabetização destes alunos.

Ao perguntar sobre qual seria a melhor idade para que aconteça a alfabetização, P2 expõe: “*Não há melhor idade e sim o momento em que o aluno se encontra pronto*”. É necessário recorrer ao ensino estruturado<sup>2</sup> quando se propõe alfabetizar alunos autistas, não levando em consideração apenas a idade cronológica, mas sim devem-se considerar as necessidades vivenciadas através de níveis nos déficits cognitivos, sensoriais, sociais, comunicativos e comportamentais. (SCHOPLER *apud* CIOLA;FONSECA, 2009)

A respeito do tempo definido para alfabetizar e se o número de alunos em sala influencia o processo de alfabetização, P1 relata que: “*Apesar do autismo que eles têm em comum, nossos alunos são extremamente diferentes um dos outros em termos de competências e nas áreas de dificuldades. Assim sendo, o programa tem um olhar*

<sup>2</sup> Ensino estruturado é a forma como se dispõe o ambiente da sala de aula, interferindo nos fatores visual, mobiliário, número de discentes por turma, atendimento individualizado, trata-se da proposta metodológica como um todo.

*individualizado. Para que possamos atendê-los de uma forma mais individualizada temos salas com no máximo 5 alunos e contamos ainda com uma ajudante, o que nos facilita executar planejamentos e técnicas individualizadas.”*

Segundo Kuperstein e Missalglia (2005, p.1), deve-se conduzir o processo de alfabetização de autistas levando em consideração que “as manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.”

Diante do que foi representado anteriormente, evidencia-se a quadro sobre fatores elencados, para a melhor visualização dos aspectos relacionados às características gerais do âmbito sala de aula no momento de conduzir a prática de alfabetização para com os alunos autistas:

	Pesquisada 1	Pesquisada 2
Os alunos de sua turma têm a mesma faixa etária?	Sim	Sim
Existe idade adequada para alfabetizar o autista?	Não	Não
A quantidade de estudantes influencia à alfabetização?	Sim	Sim
Existe prazo pré-definido para alfabetizar?	Não	Não

Quadro 1. Aspectos Gerais  
Fonte: GONÇALVES, Cláudia (2014)

#### 4.2.2. Aspectos Metodológicos

Remetendo-se aos aspectos metodológicos da pesquisa, ao questionar sobre os procedimentos utilizados na prática da alfabetização, P2 cita a “*Metodologia voltada para a aprendizagem visual.*” Sobre esta perspectiva, Ciola e Fonseca (2009, p. 25) destacam a premissa do programa TEACCH nos seguintes pontos:

- 1) Instruções Visuais: a visualização “fala” para os alunos a sequência correta para completar as tarefas. Ajuda a criança combinar e organizar uma série de elementos para conseguir o resultado final desejado, pois a estrutura altamente visual torna o ambiente previsível, reduz o *stress*, confusão, ansiedade e problemas de comportamento.
- 2) Organização Visual: a organização do material e do espaço auxilia na captação e assimilação das informações.
- 3) Clareza Visual: sistemas visuais relatam sobre informações que são importantes; enfatizam partes específicas e úteis da instrução.

A respeito das diferenças no convívio em sala de aula, Baptista e Bosa (2007) enfatizam que a capacidade do autista está muito relacionada com o grau de aprendizado, bem como as especificidades de cada um. Levando em consideração esta concepção, surgiu a problemática de como é lidar com essas diferenças na mediação da alfabetização. P1 respondeu que: “*o Programa é individualizado, com materiais e atividades individualizadas, facilitando o trabalho.*” Dessa maneira, relacionam-se as intervenções e os planejamentos de acordo com as necessidades de cada educando, como por exemplo, as habilidades, capacidades e competências a serem contempladas, de acordo com propostas apresentadas no processo de alfabetização, para P2 trata-se de “*Material adaptativo que facilita o entendimento, diminuindo fatores distrativos*”. Segundo Ciola e Fonseca (2009), realmente é importante focar nos apoios individuais e visuais, além de determinar rotinas. Estes fatores são essenciais no processo de alfabetização de autistas.

A respeito do trabalho realizado na APAE ser ou não adaptado à rede regular, as respostas variaram. P1 diz que: “*Temos uma estrutura educacional que as escolas regulares não apresentam, mas nosso trabalho é ir diminuindo a necessidade de estrutura para nossos alunos serem colocados em escolas regulares (retiradas de agenda, independência, vocabulário e integração sensorial).* Enquanto P2 acredita que esta proposta é possível, desde que haja “*Profissionais capacitados e disponibilizados para a construção do material didático e acompanhamento (material adaptativo).*” De acordo com tais levantamentos, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 estabelece no Art. 59º que as instituições devem trabalhar com metodologias específicas, intervindo nas necessidades dos educandos (BRASIL, 1996). Dessa maneira, reforça as necessidades de adaptações na estrutura educativa da rede regular para a inserção dos alunos autistas.

No que tange ao exercício da prática docente, além da alfabetização e do letramento, foi perguntado se existe o trabalho com oficinas direcionadas associadas às práticas recreativas e lúdicas. P2 confirmou que existe “*Através de histórias, brincadeiras e jogos. Sempre com visualização daquilo que se pretende alcançar.*” Corroborando com este dado, Smole e Diniz (2001) ressaltam que

Falar em aprendizagem significativa é assumir o fato de que aprender possui caráter dinâmico, o que requer ações de ensino direcionadas para que os alunos aprofundem e ampliem significados que elaboram mediante suas participações nas atividades de ensino e aprendizagem (SMOLE; DINIZ, 2001, p.16).

Diante do que foi mencionado, ressalta-se o quadro sobre aspectos retratados para a visualização das questões relacionados às características metodológicas da instituição na condução da prática de alfabetização para com os alunos autistas:

	P1	P2
O trabalho realizado nesta instituição pode ser adaptado na rede regular?	Não	Sim
Trabalha-se com oficinas Técnicas?	Sim	Sim

Quadro 2. Aspectos Metodológicos  
Fonte: GONÇALVES, Cláudia (2014)

#### 4.2.3 Aspectos qualitativos da aprendizagem

A respeito das práticas educativas que envolvem aspectos qualitativos da aprendizagem, abordou-se a percepção do desenvolvimento cognitivo bem como o afetivo e motor que, para as professoras pesquisadas, torna-se fator comum ao meio, pois o conhecimento está sendo concretizado em diferentes vertentes. Dessa forma, P1 descreve *“Trabalhamos muito com a perspectiva cognitivo comportamental, com a qual procuramos reforçar comportamentos adquiridos ou em leitura, trabalhamos com ele de uma forma funcional a alfabetização para a vida (leitura do mundo) trabalhamos habilidades motoras finas não mais com traçados mas com atividades funcionais mais coerentes com sua idade (abrir e fechar e outras).*

Freire afirma que *“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou para a sua construção”* (1996, p.26). Destacando-se que, para o exercício do ensino, é necessário utilizar meios e formas que os alunos entendam, apropriando-se de maneira emancipada e autônoma.

Ao indagar sobre quais as maiores dificuldades no momento de mediar o processo de ensino-aprendizagem, P2 diz que é *“A falta de interação e a dificuldade na socialização (que é característico do autista).”* Diz ainda que *“É necessário ter conhecimento de como desenvolver essas dificuldades.”* Fatores estes retratados por Tuchman e Rapin (2009), quando afirmam que as pessoas com autismo possuem prejuízos nas áreas neurobiológicas da socialização, comunicação e comportamento.

Sobre as estratégias adotadas pelo alfabetizador destes discentes, P1 relatou acontecer através da *“avaliação contínua, observação frequente, adaptação e readaptação nos processos de intervenções do programa TEACCH.”* Para Ciola e Fonseca *“O programa deve ser sempre adaptado aos diferentes níveis de funcionamento e às necessidades individuais de cada criança”* (2009, p.3).

Foi perguntado também às professoras se é necessário abdicar de estratégias comuns, ou mesmo de intervenções que envolvem requisitos sensoriais e interpessoais. P1 disse que *“mais ou menos, pois são estratégias que às vezes, dependendo dos alunos, são utilizadas”* e P2 relatou que *“Deve também indicar formas simples e objetivas dos comandos, estimulando sempre a integração dos sentidos.”* Aspectos que Amy (2001) relata ao mencionar as escalas e níveis diferenciados do transtorno, perpassando áreas de comportamentos, comunicação e coordenação sensorial, questões estas que, segundo o autor, devem ser consideradas no momento de mediar, levando em consideração as práticas que devem ser abdicadas.

Ao perguntar se é necessário adaptar-se pedagogicamente ou pessoalmente para conseguir atingir os alunos de maneira significativa, ambas as docentes disseram que sim e ao serem indagadas sobre a forma como devem acontecer tais modificações, P2 citou que: *“O olhar deve voltar-se para a forma de estruturação do pensamento da pessoa com autismo, aceitando e fazendo adaptações ao seu jeito de aprender”*. Concepção esta que, segundo Ciola e Fonseca (2009), trata-se de uma perspectiva educacional, foco do programa TEACCH, em que os alunos vivenciam a memorização de rotinas, processamentos visuais e interesses especiais. Neste caso, cabe ao professor adaptar-se.

Diante do que foi relatado, também é possível verificar no quadro abaixo os aspectos qualitativos de aprendizagem de acordo com características metodológicas da instituição para a efetivação da prática de alfabetização para os discentes autistas:

	P1	P2
É perceptível o desenvolvimento cognitivo?	Sim	Sim
E as dimensões da motricidade e afetividade?	Sim	Sim
O educador precisa abdicar-se de estratégias comuns da rede regular?	Mais ou Menos	Sim
O professor precisa mudar para atingir significativamente os alunos?	Sim	Sim

Quadro 3- Aspectos Qualitativos da Aprendizagem  
Fonte: GONÇALVES, Cláudia (2014)

Foi perguntado às docentes se é difícil trabalhar com tais metodologias propostas. P2 disse que *“Não, embora haja necessidade diária de adaptação dos materiais pedagógicos. Essa modificação exige disponibilidade de tempo, boa vontade e principalmente gastos além do convencional”*. De acordo com Gauderer (1997, p.3), *“Têm sido de grande valia os programas educacionais específicos, que usam métodos comportamentais, criados para cada aluno de forma individual”*, revelando a importância das adaptações e intervenções sistematizadas individualmente aos alunos inseridos nesta instituição educacional.

## 5. Considerações Finais

Diante de todas as questões levantadas nesta pesquisa, pode-se concluir que a proposta trabalhada na APAE de Ubá MG com os estudantes autistas, tem sido realizada com propriedade teórica e técnica e, portanto, tem se obtido êxito na alfabetização de autistas por meio do Programa TEACCH. Este, por sua vez, estabelece fatores imprescindíveis na aprendizagem dos discentes inseridos na instituição, revelando o quanto tem sido significativo no processo do desenvolvimento cognitivo destes.

Ao analisar os procedimentos metodológicos de alfabetização da APAE, foi possível perceber a melhoria da capacidade adaptativa através da criação de rotinas, do trabalho individualizado com os estudantes e também com a avaliação individualizada a fim de se promover as intervenções necessárias. Estas ocorrem no sentido de enfatizar as habilidades e reforçar as capacidades do aluno, utilizando da teoria cognitiva comportamental através da

prática e a estruturação do ambiente de maneira a organizá-lo retirando informações que possam comprometer a concentração e a aprendizagem.

Apesar dessas constatações e avanços, percebe-se que ficam lacunas, como por exemplo, não ensinar agir através do inesperado. Como o programa trabalha sequencialmente com rotinas, quando os alunos percebem que estão em dias que fogem da realidade estabelecida, não conseguem manter-se concentrados e entram muitas vezes em um certo desequilíbrio emocional. Entretanto, acredita-se que qualquer metodologia utilizada possui aspectos favoráveis e desfavoráveis. É importante situar e organizar o ambiente para que educandos autistas possam minimizar suas dificuldades diárias, portanto, torna-se necessário ratificar a importância dos métodos adotados na APAE para a rede regular de ensino.

O ensino estruturado assumido nas salas de alfabetização da APAE, permite uma eficiente associação com a rotina de trabalho individualizada, operando sempre com atividades que envolvem os déficits decorrentes do transtorno. Estes déficits são representados por fatores cognitivos, sensoriais, sociais, além daqueles que envolvem a comunicação e o comportamento. Através das referidas estratégias de intervenção pedagógica, a sala se organiza em um espaço sem informações visuais, separando ambientes por alguns armários e biombos, retirando fatores que possam promover distração e assim, podem dificultar o processo de alfabetização.

Contudo, pode-se concluir que o objetivo desta pesquisa foi alcançado. Ao analisar os procedimentos do método TEACCH na prática da alfabetização dos discentes autistas, a APAE mostrou-se adequada, trabalhando com os aspectos referentes ao transtorno e através deles intervindo de modo apropriado de acordo com as necessidades educativas dos alunos. Estes, por sua vez, necessitam destas intervenções para, de fato, se alfabetizarem. Caso, estes estudantes venham no futuro se matricular na rede regular de ensino, os conhecimentos do estudo irão possibilitar aos docentes desta rede os conhecimentos necessários de uma metodologia própria para atender estudantes autistas. Por isso a metodologia proposta pode ser adaptada na rede regular, desde que haja estrutura, atendendo as sinalizações, trabalho individual e sistema layout presente na instituição especializada.

## **Referências Bibliográficas**

AMY, M. D. **Enfrentando o autismo**: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica/ Tradução: TOLIPAN, S. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em 05 out. 2014.

APAE BRASIL. **A Federação: Histórico**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>>. Acesso em 18 set. 2014.

APAE. **História da APAE Ubá**. 2014. Disponível em:  
<<http://uba.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=10949>>. Acesso em 18 set. 2014.

BAPTISTA, C.R; BOSA, C. **Autismo e educação: reflexões de intervenções**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOSA, C. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. Psicol. Reflex. Crit. V. 13 n. 1 Porto Alegre, 2000. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 06 out. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8.ed. Brasília: Câmara, 2013, p.33-34.

CIOLA, J. C. B; FONSECA, M. E. G. **O Programa TEACCH: estrutura e formas de aplicação na realidade brasileira**. v. I, 3.ed, dez. 2009.

CUNHA. E. **Autismo e educação escolar: um olhar psicopedagógico**. Artigo. 2013. Disponível em: <<http://www.eugeniocunha.com.br/artigo/43/autismo-e-educacao-escolar:-um-olhar-psicopedagogico/>>. Acesso em 08 nov. 2014.

DECHICHI, C. **Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. Disponível em:  
<<http://www.pucsp.br/~pedpos/resumo/resu496.htm>>. Acesso em 19 set. 2014.

FEAPES. **A Federação: Histórico**. 2014. Disponível em:  
<<http://www.apaeminas.org.br/artigo.phtml?a=14367>>. Acesso em 18 set. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e professores**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Editores Associados, 1992. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?>>. Acesso em 17 set. 2014.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: Discurso e Silêncio na História de Sujeitos**. Campinas: Editores Associados, 1999. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?>>. Acesso em 19 set. 2014.

KUPERSTEIN, A. MISSALGLIA, V. **Austismo**, 2005. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf>>. Acesso em 19 set.2014.

LAKATOS, E. M; MARCONI. M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em:< <http://cev.org.br/biblioteca/deficiencia-mental-construcao-cientifica-um-conceito-e-realidade-educacional/>>. Acesso em 16 set. 2014.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem., 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art-06.pdf>>. Acesso em 10 out. 2014.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RAMPAZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em 11 out. 2014.

SCHWARTZMAN, J. S; ARAÚJO, C. A. (Orgs.). **Transtornos do espectro do autismo: Conceitos e generalidades**. São Paulo: Memnon. 2011.

SMOLE, K. DINIZ, M. I (orgs). **Ler e escrever problemas**: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TUCHMAN, R. RAPIN, I. **Autismo**: abordagem neurobiológica. São Paulo: Artmed, 2009  
Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt->> Acesso em 06 out. 2014